

PARA UMA VISÃO DO USO LINGUÍSTICO DESVINCULADA DE PAUTAS

Maria Helena de Moura Neves*

 <https://orcid.org/0000-0003-4667-2657>

Como citar este artigo: NEVES, M. H. de M. Para uma visão do uso linguístico desvinculada de pautas. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 1-15, jan./abr. 2022. DOI 10.5935/1980-6914/eLETDO15090

Submissão: janeiro de 2022. **Aceite:** janeiro de 2022.

Resumo: O texto vai a uma amostra de usos do português do Brasil, discutindo “eficiência”, sem a pauta daquilo que se arbitra como “correto”, e tendo-se como “excelência” primeira a evidência de uma feliz coparticipação de falantes em cada evento. Avalia-se não apenas a estrutura formal, mas também a ilocucionária e a interativa, tudo visto pelo imaginário social e pela política linguística compartilhados. Examinam em especial manchetes de jornais de capitais do país (últimos 20 anos), definindo-se a escolha pela disponibilidade, em cada caso, de textos completos em extensão reduzida. O exame permite considerar grande pertinência e eficiência dessa avaliação do uso linguístico desvinculada de pautas.

Palavras-chave: Uso linguístico. Política linguística. Imaginário social. Estruturas linguísticas. Manchetes.

* Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), São Paulo, SP; Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Araraquara, SP, Brasil. E-mail: mhmneves@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Falar do uso linguístico abrange considerar política linguística e imaginário social, porque a linguagem abriga a reflexão humana do usuário implicada no seu imaginário de mundo, que é definido por sua inserção na pólis. Por aí é que se pode pôr em questão os usos linguísticos, e podem ser discutidas, então:

1. a possibilidade legítima de ver os **usos linguísticos** como algo socialmente arbitrado ou pautado;
2. entretanto, a “excelência” primeira de ver **o uso linguístico** simplesmente como eficiente e feliz, quanto à coparticipação de falantes em comunidade de língua.

Não vou falar de usos linguísticos como algo arbitrado ou pautado com a chancela de “correto”, segundo convenções normativamente estabelecidas (o item 1). Isso existe e tem seu lugar em um determinado espaço do cultivo da língua, avaliado como de conformidade a regras socioculturais, normativamente estabelecidas, um espaço certamente legítimo, do ponto de vista da socialização dos indivíduos. Mas falo, aqui, da naturalidade do uso de uma língua comum aos participantes, falo da linguagem como aquilo que simplesmente o deixa confortável no uso, porque, ouvindo ou lendo peças linguísticas, por exemplo, ele ativa, em sua mente, todo o enlace de cadeias linguísticas que lhe foi passado na sua vivência interlocutiva. Quero sair, pois, aqui, daquele olhar que avalia a qualidade de um texto contentando-se em captar ‘acertos’ ou ‘erros’ que uma ‘regra’ que porventura tenha sido ‘ensinada’ ao usuário evitaria; como, por exemplo, uma sequência do tipo de “Nós vai.” ou de “Eu vi ele.”, que são construções perfeitamente naturais, mas vedadas no plano social mais elevado. Ou, mesmo, de “Assisti o show.”, construção que a escola tanto ensina que não se deve fazer, e que, no entanto, todos, inclusive pessoas cultas, fazem sem culpa, porque estão querendo, simplesmente, dizer que ‘viram’ o show.

Quero falar, aqui, do item 2, ou seja, daquela visão da linguagem que busca excelência no simples fato de uma determinada peça linguística ter tranquilamente um resgate mental, e socioculturalmente compartilhado por falantes naturais da língua que, naquele caso específico, trocam linguagem. Quero falar, pois, de um olhar para a linguagem tomada de peças de interação, no uso natural da língua, e também tomada como objeto de investigação científica, mas não como um objeto que rasamente se esteja patrulhando, segundo prescrições de uma sociedade letrada sobre os usos linguísticos.

E já adianto que vou tomar para comentário peças de linguagem que aponto como “más”, entretanto, no geral elas não transgridem as “normas” costumeiramente presentes nas lições que são passadas aos usuários, especialmente na sua escolarização. Esta direção dos comentários significa entender que a valoração da linguagem não se resolve com imposição de prescrições, porque a avaliação a que a produção da língua em uso se submete, para consideração de sua qualidade, vai mais longe e mais fundo. O que proponho é que, diante de uma peça de linguagem – seja um texto complexo, seja uma frase, seja apenas uma palavra –, alguém que ouve ou lê instala uma experiência de vida, inaugurando um fato de língua; e que a excelência disso tem de ser buscada em uma captação

legítima do sentido e do efeito pretendidos pelo emissor na sua escolha dos termos e das construções, e sempre em uma relação direta das escolhas com o gênero discursivo que as abriga. E já se indique que, para fugir à multiplicação de fatores de análise, este estudo tomará especialmente um gênero como amostra, que será prevalentemente a “manchete” (de jornal ou revista), porque, sendo curto cada texto completo, será possível trabalhar dispondo de uma apresentação de extensão reduzida, como é a deste artigo.

O OBJETO DE REFLEXÃO E ANÁLISE: A IDENTIDADE LINGÜÍSTICA DOS PARCEIROS DE LINGÜAGEM

Ora, essa “experiência”, que é de cada um, mas em comunidade, e esse “fato de língua”, na funcionalidade de seu gênero discursivo, assim se configura, natural e cientificamente:

- a) cada peça linguística parte do mais íntimo de cada falante, que são os seus propósitos, havendo uma mente elaboradora, e tudo servido pela capacidade de fala (produção e recepção) de cada parceiro de linguagem, porque só há linguagem em comunidade;
- b) assim, e entretanto, esse ponto de partida está em um “ato” de fala, o qual não é individual, é interpessoal, e, assim, a linguagem (produção e recepção) só existe em pareamento, ou seja, em interlocução. Ela é, portanto, um ato social, da “pólis”, sujeito à política linguística e governado pelo imaginário social (que são seus condicionadores, e, por isso, podem até ser seus regradores).

Ora, falando-se de “língua”, nesse sentido, a grande categoria a tratar é a “identidade linguística” dos falantes, que os faz parceiros de captação da linguagem em uma língua comum, absolutamente sem necessidade de uma instrução ou de uma preparação que inclua regramentos avulsos de apreciação das cadeias linguísticas. E é uma amostra disso que quero dar aqui: é ver a linguagem operando o julgamento de sua qualidade simplesmente na naturalidade do uso entre parceiros com identidade linguística.

Obviamente, a reflexão sobre o uso e a avaliação dos padrões de uso compõem o perfil identitário da comunidade, pelo que legitimamente representam de ativação do imaginário coletivo, naquele espaço simbólico. E a gramática, afinal – que representa o “regime” sistêmico das construções – é tanto a referência do uso linguístico de cada falante, em si, quanto a referência do padrão comunitário de desempenho de linguagem, retratando a identidade linguística em comunidade. O atestamento dessa identidade, em qualquer peça de linguagem, básico para a intercompreensão segura, é tanto individual (da mente do indivíduo que interage, em linguagem) quanto social (dessa comunidade interagente, em linguagem).

Assim, vou falar de bons e maus usos sem nenhuma ligação com esforço de padronização linguística, entretanto sem querer dizer que ela não existe.

“BONS” E “MAUS” USOS LINGÜÍSTICOS

Simplesmente vou ao fato de que todo falante busca, na sua produção de linguagem, e a cada ato de fala, obter a satisfação de algum propósito:

- a cada situação específica de interpessoalidade;
- a cada contexto sociocultural específico;
- em cada gênero discursivo em ação e em questão.

E em seu ato de linguagem, o falante buscará um padrão politicamente feliz, dentro de seu imaginário social, e sempre, necessariamente, com uma estrutura em níveis:

- uma estrutura formal: o arranjo da mensagem, inserida na situação;
- uma estrutura ilocucionária: o ato de fala, nascido dos propósitos;
- uma estrutura interativa: a relação interacional que presentifica os participantes.

É assim que se vai à real linguagem! Assim se vai aos usos, e, nessa linha de considerações, vou trazer a exame e à discussão o que vou chamar de **não satisfação**, quanto a determinados usos que serão apresentados, especialmente tomando para reflexão o gênero “manchete”, como já observado. O ponto central é, pois, a ‘satisfação’ nos usos. Começamos pela consideração do discurso vendo-o pelos três níveis indicados, e citando Riley (1977), que falou especificamente da língua falada, obviamente a ‘mais’ natural (que, entretanto, não pode ser aqui tratada porque seria necessário o exame de língua falada autêntica):

- a) há um nível de estrutura formal na linguagem: trata-se do arranjo dos elementos portadores da mensagem na situação do evento, ou seja, das estruturas de realização linguística segundo aquele determinado sistema gramatical; no nosso caso, por exemplo, quando falarmos de manchete, sabemos que estamos lidando com um texto fechado em si, embora ele se relacione com a lide ou a notícia abaixo;
- b) o nível da estrutura ilocucionária: trata-se do próprio ato de fala, o nascedouro de ideias e intenções do falante; o falante elabora sua atuação com consciência tanto da natureza do gênero que compõe quanto da sua configuração ilocucionária; inclusive, no nosso caso, entra o fato de se tratar prevalentemente de escrita, caso em que o falante se sabe solitário na produção e tem consciência de que pode editar seu texto;
- c) o nível da estrutura interativa: trata-se da organização dos turnos, da distribuição interacional dos enunciados e da relação interpessoal dos participantes; no nosso caso, não há tomada de turno, então o que temos a avaliar é apenas esta última relação: a interação entre um redator de manchete e seu leitor estimado.

Com essa base de explicitação sobre o esquema natural da produção dos discursos a examinar, o que se vai apresentar aqui, pondo atenção na funcionalidade dos usos da língua portuguesa no Brasil, são usos considerados ‘maus’, independentemente de padrões de satisfação, adquiridos, por exemplo, com uma escolarização que trabalhe o conhecimento de regras prescritivas socioculturalmente estabelecidas. Ou seja, examinam-se construções que, em si, ‘agridem’ o sistema da língua, podendo o usuário natural, com recurso apenas de sua competência de falante, perceber que alguma coisa não se ajusta no enunciado. Nessa direção vão os comentários que se fazem adiante, especialmente a

partir de manchetes colhidas de jornais de capitais brasileiras, datados dos últimos 20 anos.

Os tópicos que serão estabelecidos deixam ver que nada há de prescrição na indicação de que os usos indicados são ‘maus usos’ de língua, porque ela é simplesmente vista pelo regramento de seu sistema, sem nenhuma relação com a recomendação de padrões. Os comentários que serão feitos apelarão para entidades da gramática que rege o sistema da língua em si, não estando implicadas ‘lições gramaticais’ que devam ser, ou devam ter sido, estudadas e aprendidas, mas sendo invocadas, sim, relações abrigadas no sistema gramatical da língua portuguesa que estão sendo rompidas. Ou seja, os comentários são suscitados pela “estrutura formal”, entretanto as ‘violações’ transitam pelos três níveis naturais de estruturação do enunciado, como se observará.

COMENTANDO E AVALIANDO AMOSTRAS DE USO

Obviamente os comentários abrangerão apenas alguns setores temáticos dessa ‘gramática’ até aqui discutida, tendo sido as escolhas suscitadas, em geral, pela própria reação provocada pela leitura quotidiana de jornais. As ocorrências sob análise virão apresentadas segundo diferentes tipos de ‘desarranjo’ linguageiro que tenha chamado a atenção deste leitor, sem nenhuma proposta relevante de sequenciação. E, dentro dessas seções, marcadas por letras maiúsculas (de **A** a **G**), as ocorrências virão sequencialmente numeradas (1 a 48), apenas para facilitar as remissões.

A) É interessante iniciar os comentários exatamente por construções que, rompendo alguma “regra” do sistema da língua que é naturalmente dominada pelo usuário, têm a sua interpretação alterada, ou até impedida¹:

(1) Bin Laden quer morrer **antes de** ser preso.

Qualquer falante tem conhecimento de que o termo (adverbial temporal) **antes** indica anterioridade, tanto em **antes de** quanto em **antes que** + subjuntivo, como em “antes que seja preso”, uma construção mais complexa do que (1). Entretanto, a relação pretendida pela manchete é comparativa (indicando “preferência”), não é temporal², e, para essa interpretação, a única construção possível é aquela mais complexa, com **antes que**, havendo em sequência outro termo do mesmo nível gramatical do anterior; ou seja: “morrer antes que ser preso”; no caso, pois: infinitivo + infinitivo de verbo, ou seja, duas casas nominais, no pareamento para estabelecer-se a preferência. Verifica-se, pois, que o autor da manchete simplesmente se perdeu na composição da estrutura formal necessária.

(2) **Número de mortos** no WTC **continua caindo**.

A predicação é processiva: **cair** é algo que ocorre, acontece (CHAFE, 1979)³ com aquele elemento que constitui o núcleo do sujeito (que, no caso, é o termo **número**). Evidentemente, porém, o resgate interpretativo do falante não pode ir

1 Estarão em negrito os pontos que serão foco do comentário, e, sublinhados, outros pontos envolvidos nos comentários.

2 É fácil ver que “preferência” pode ser metaforicamente ligada a “antecedência”.

3 A classificação das predicações adotada neste estudo é a de Chafe (1979 [1970], capítulo 9), que se guia pela natureza dos papéis semânticos desempenhados pelos argumentos que contraem relação com o núcleo do predicado. No resumo, os verbos são classificados em: de ação; de processo; de ação-processo; de estado.

por aí, porque a interpretação exigiria a ‘ressuscitação’ de vítimas, única possibilidade de a cifra de mortos diminuir. O que há, aí, é um deslizamento ilocucionário, ou seja, relacionado ao nível em que se encontra essa cifra: não se trata do número de pessoas que morreram, mas do número de pessoas “estimadas” a princípio como mortas, estimativa que agora se quer corrigir.

(3) Segunda fase da Fuvest **está mais disputada**.

Está aí, evidentemente, uma comparação, e esse tipo de relação (que é escalar) só se resolve havendo mais de um elemento envolvido. Ou seja, algo **mais disputado** implica algo ‘menos disputado’, e a tendência natural do leitor seria entender que essa comparação, tendo ponto de partida na “segunda fase da Fuvest”, terá relação com a primeira fase desse exame; entretanto, a própria vivência de mundo nos diz que o nível, ou o grau, de concorrência, em algum concurso, computa-se pelo número de candidatos que se inscrevem e prestam as provas, e, obviamente, computa-se no conjunto total das fases, não no cotejo entre uma fase e a outra.

(4) Greve de professor **acaba com** mais uma passeata.

A predicação enunciada em **acaba com** tanto pode ser de ação (significado: “destrói”) quanto pode ser de processo (significado: “termina”, “conclui-se”): assim, a manchete tem problema de formulação, em termos de sua interpretabilidade, que é dúbia. E, em termos de ‘satisfação’ do leitor de uma manchete, não faz sentido supor que a dubiedade tenha sido um propósito do redator da manchete, para obtenção de algum efeito.

(5) Para técnicos preço **não cai por culpa de Estados**.

A frase inicia-se configurando (adverbalmente) um ponto de vista em relação ao que se afirma (= “na avaliação dos técnicos”), e esse ponto de vista diz respeito à atribuição de culpa (relação causal) pelo que acontece, sendo que o que ocorre é algo negativizado: “preço **não cai por culpa de Estados**”. Para essa declaração negativa, há duas interpretações possíveis: a) “preço **não cai [e é] por culpa de Estados**”; b) “preço **não cai [e não é] por culpa de Estados**”. Observe-se que, no sistema da língua, sendo negativa a frase, a tendência é que o adjunto adverbial (um ‘satélite’, que gira em torno de seu núcleo), incida sobre o núcleo mais restrito, não sobre um que seja mais amplo: assim, há uma tendência de interpretação, mas não há a clareza interpretativa, e, portanto, informativa, particularmente necessária ao gênero “manchete”.

B) Encontra-se grande concentração de problemas de interpretabilidade no uso dos tradicionais “adjuntos adverbiais”, ou seja, de termos ‘satélites’ que giram em torno de um núcleo⁴ (núcleo que tradicionalmente se indica como sendo um verbo, um adjetivo ou um outro advérbio):

(6) A OAB ouve acusados de comprar gravação **dia 29**.

Tal como construída essa frase manchete, o adjunto de localização no tempo, **dia 29**, tanto pode ter como núcleo a forma verbal ouve quanto a forma verbal comprar. Obviamente pode haver tendência maior de uma interpretação do que

4 Esse grau de “interdependência”, já referido no parágrafo anterior, é extensamente tratado por Halliday (2004), nos capítulos sobre “the clause complex” (p. 363-484) e sobre “group and frase complexes” (p. 486-523), especialmente dentro do conceito de “hipotaxe”, uma relação que ele define como “desigual”, estabelecida entre um elemento “dependente” e um “dominante”, e que ele contrasta com a “parataxe”, que se estabelece entre “elementos de igual estatuto”. No cômputo geral das relações, e tendo em conta a tradição gramatical, a hipotaxe é o intermediário de “coordenação” e “subordinação”.

da outra, entretanto a estrutura formal só pode ser aceita como boa, evidentemente, se essa flutuação tiver algum efeito positivo, nesse contexto, tal dubiedade. E, no caso, certamente não é essa a pretensão.

(7) Cidade do México decide hoje se descrimina aborto até a 12ª semana.

A questão, aqui, é mais complexa, já que o adjunto (adverbial) de tempo, **até a 12ª semana**, tal como ordenado na frase, tanto pode ter como núcleo a forma verbal descrimina quanto o substantivo aborto, que, por designar um processo (o de “abortar”), pode ser localizado no tempo, tanto quanto o verbo correspondente (e também do ponto de vista morfológico, se verifica que o substantivo aborto é um deverbal).

(8) Autodidata, Serjão, como era conhecido, não chegou a concluir o curso superior, mas, **aos 73 anos**, construiu uma carreira marcada pelo humanismo no trato pessoal e pela excelência do texto.

Sobre a categoria “verbo” ainda tem de ser levado em conta o fato de que a essa categoria gramatical está sempre acoplada a categoria “aspecto”, referente às fases de tempo envolvidas em cada expressão temporal, o que a escola costuma esquecer de mostrar aos alunos. Por aí fica claro que, também quanto a essa categoria, pode haver más escolhas de expressão, como ocorre nesse trecho de notícia. Claramente a forma verbal construiu tem aspecto durativo, obtido pelo uso desse verbo em trecho que traz uma narrativa no curso do tempo. No entanto, o adjunto (adverbial) temporal usado (**aos 73 anos**) faz uma indicação de aspecto pontual, ou seja, indica um ponto no tempo, o que resulta em uma temporalização inconsistente da predicação.

Também com os adjuntos (adverbiais) de lugar, de interpretação mais direta, portanto, em princípio, menos complexa, são frequentes incompatibilidades que os jornalistas deixam acontecer em suas formulações, disso podendo ser exemplos as manchetes (9) e (10):

(9) Desempregados procuram mais ajuda nos EUA.

Novamente, aqui, a questão não é simples, já que, na leitura, o adjunto (adverbial) de lugar, **nos EUA**, tanto pode ter como núcleo procuram (uma forma verbal) quanto ajuda (um substantivo), que, por designar uma ação-processo (a ação de alguém “ajudar” e o processo de alguém “ser ajudado”), pode ser localizado no espaço (e novamente se pode lembrar que, do ponto de vista morfológico, o substantivo ajuda é um deverbal).

(10) Franceses repudiam a ultradireita nas ruas.

Pode-se dizer que, nesse caso, há algo ainda mais complexo a verificar, já que o núcleo em que incide o adjunto (adverbial) de lugar **nas ruas** pode ser a forma verbal repudiam, mas também pode ser o substantivo ultradireita, que nem base verbal tem: ele nomeia, com viés político, uma classe de pessoas, ou um tipo de entidade. Assim, essa forma verbal não tem a natureza dos nomes nos quais incidem costumeiramente indicações (adverbiais) de tempo ou de localização. Entretanto, é evidente que uma localização espacial é muito menos “modificadora” de seu núcleo do que uma localização temporal: no caso aqui examinado, por exemplo, muito naturalmente se ‘localizam’ pessoas, mas não caberia, nunca, ‘temporalizar’ pessoas: em (8) e (9), vimos a temporalização de aborto e de ajuda, respectivamente, mas ambos os substantivos são de base verbal, aceitando facilmente uma localização no tempo.

Podemos passar, ainda, a outros tipos de indicações adverbiais que exibem problemas de formulação quanto à definição do escopo. A ocorrência seguinte ilustra um caso interessante:

(11) Para enfrentá-la, a estratégia é reduzir despesas **com mercadorias mais baratas**.

Mais uma vez, há a discutir a complexidade da questão: a dupla interpretação possível, neste caso, abrange dois tipos diferentes de organização gramatical. Em primeiro lugar, há, novamente, uma expressão iniciada com preposição (**com mercadorias mais baratas**) que pode ser interpretada em ligação com um predicado (reduzir), mas também em ligação com o substantivo que está no objeto direto (despesas, um substantivo de base verbal, ligado morfológicamente a despender). E, em segundo lugar, não há, nesse caso, um adjunto adverbial (de modo, ou de instrumento), ou seja, não há um satélite a girar em torno de um núcleo, o que há é um encaixamento, um completamento sintático que dá ao substantivo despesas o complemento nominal: “despesas com mercadorias mais baratas” (o correspondente a um “objeto indireto” de verbo).

C) Outra questão muito interessante a comentar, que com frequência envolve esses ‘satélites modificadores’ adverbiais, verifica-se quando eles precedem o seu núcleo, compondo, com isso, uma “moldura” (MATTHIESSEN; THOMPSON, 1988), geralmente temporal, mas também de outros tipos, como locativa ou condicional, dentro da qual se desenvolve e se resolve a predicação nuclear do enunciado. Entretanto, ocorrem com frequência enunciados em que essa predicação nuclear não pode ser interpretada, pertinentemente, como a declaração central que tenha sido pertinentemente encaixada nessa moldura temporal que abre a frase:

(12) **Após breve internação hospitalar**, britânicos questionam saúde da rainha.

Claramente a declaração de que “os britânicos questionam a saúde da rainha” não se enquadra na indicação temporal oferecida, que é “após breve internação hospitalar”: obviamente, essa moldura se instalou para que fosse dito algo sobre a rainha, que é quem está envolvida em problema de saúde, e, assim, de modo algum ela projeta atenção sobre os britânicos, que são apenas, e marginalmente, súditos da rainha.

(13) Durante 30 dias, a pessoa concorre a prêmios de R\$ 466 mil. **Em caso de morte**, ela recebe R\$ 6.500.

Neste caso, é evidente que, dentro dessa moldura de condicionalidade que hipotetiza como factual a “morte” de uma pessoa (“no caso de ocorrer morte”), não pode ser registrada essa mesma pessoa como recebedora de um prêmio.

(14) **Em 2022**, ao menos 14 governadores preveem reajuste a servidor.

Novamente há um emolduramento equivocado, porque a declaração central, que vem com a moldura temporal **em 2022**, traz o fato de 14 governadores preverem um reajuste de servidores, não havendo, pois, validade de tal indicação temporal para tal “previsão” dos governadores: a datação é para o reajuste, em si. Esse é um substantivo de base verbal que expressa uma ação com processo resultante, sendo, pois, previsível sua localização no tempo, e sendo, portanto, aplicável a ele o emolduramento de uma data.

Por outro lado, nas duas manchetes que seguem, ocorre o contrário: um adjunto adverbial (também temporal), que deveria ser oferecido ao ouvinte como moldura inicial, projetando para adiante seu escopo, ou seja, seu ponto de incidência, deixa de prover essa chave de interpretabilidade porque não vem colocado na abertura do *frame* que se instala:

(15) Biden assinará lei para impor novas sanções **após eleição nicaraguense**.

Em consequência, a interpretação dessa manchete é claramente dúbia: a indicação temporal **após eleição nicaraguense** tanto pode ser ligada, interpretativamente, ao predicado “assinará lei” quanto pode ser ligada ao predicado “impor novas sanções”, ou, até mesmo, pode ser ligada ao substantivo designador de ação que é sanções. O que a notícia, logo abaixo da manchete, informa é, em resumo, que Biden aguarda apenas a oficialização do resultado da eleição na Nicarágua para impor novas sanções contra o regime de Daniel Ortega. Ou seja, a indicação temporal referente à eleição na Nicarágua incide sobre o todo da predicação, e, assim, ela deveria ter vindo como moldura para toda a declaração que se faz: **Após eleição nicaraguense** [Biden assinará lei para impor novas sanções].

(16) Policiais morrem 4 vezes mais de covid **nos EUA** do que **em** ação.

Novamente aqui deveria estar como moldura a indicação adverbial, porque ela, de fato, emoldura, quanto à localização, o todo da predicação: “**Nos EUA** [policiais morrem 4 vezes mais de covid do que **em** ação]”. E o problema, neste caso, é maior porque a comparação que o texto quer fazer entre as duas causas da morte (os policiais morrerem por contraírem covid e os policiais morrerem por entrarem em ação) ficou totalmente prejudicada: a comparação que é dada ao leitor põe, de um lado, os policiais morrerem (**nos EUA**) “mais de covid” do que “**em** ação”, duas entidades de ordem diferente, e que, portanto, não podem ser construídas em cotejo.

Ainda quanto à questão de criação de moldura para uma declaração, e possibilidades de distorções da expressão nesse emolduramento, pode-se comentar a construção desta manchete, já não “adverbial”:

(17) **Vinculado à ‘ideologia de gênero’**, vereador desmaia.

Aqui não há uma indicação adverbial emoldurando a predicação que vem a seguir, há uma indicação (**vinculado à ‘ideologia de gênero’**) que atinge adjetivamente o sujeito da oração declarativa (vereador). De todo modo, como moldura, essa expressão abarca toda a predicação (“vereador desmaia”), e a informação predicativa dessa oração nuclear (“desmaia”) não deixa ver a mínima relação com o fato de o indivíduo vincular-se à ideologia de gênero.

D) Voltando à hipotaxe adverbial em manchetes, ocorre frequentemente que elas se percam em construções com a relação de finalidade envolvida, especificamente em casos de orações adverbiais de finalidade reduzidas de infinitivo (e nem sempre girando em torno de um núcleo verbal). São casos como (18) a (20):

(18) Heloisa Helena nega acordo **para** evitar expulsão.

A pergunta que fica é: ela nega **para** evitar expulsão? Ou o acordo é que se faz **para** evitar expulsão, e, então, o termo núcleo do adverbial é o substantivo **acordo** (mais uma vez um termo de base verbal)?

(19) FHC rejeita acordo **para** evitar cassação de ACM e Arruda.

A pergunta é: FHC rejeita **para** evitar cassação? Ou o acordo é **para** evitar cassação, e, então o termo núcleo do adverbial é “acordo” (mais uma vez, um substantivo de base verbal)?

(20) O banco não ficou com os títulos paulistanos **para ajudar** o governo a consolidar alianças.

Volta aqui (como em 5) a maior complexidade das construções negativizadas. A pergunta é: foi **para ajudar** o governo a consolidar alianças que o banco **não** ficou com os títulos paulistanos? Ou, pelo contrário, **não** foi **para ajudar** o governo a consolidar alianças que o banco **não** ficou com os títulos paulistanos? Inconsistência nada boa para uma manchete.

E) Outra zona construcional na qual manchetes se perdem com frequência, quanto à interpretabilidade, é a da coordenação aditiva com o elemento **e**.

Em vários casos, a adição construída não deixa ver claramente se estão sendo somados diferentes indivíduos ou apenas qualificações, ou determinações, referentes a um mesmo indivíduo (ou a mesmos indivíduos), embora o leitor já possa ter suposições mais prováveis do que outras na dependência de dados de cada contexto. Vejam-se as construções de (21) a (23):

(21) Congresso destitui líder **e aliada** de Fujimori.

(22) Investigação: ex-militares **e professores** divulgaram o boato.

(23) Lula grava programa para candidato do PC do B em Juazeiro **e adversário** do PT.

Vê-se que, em (21), pode haver uma líder e uma aliada, mas pode haver uma única pessoa com essas qualificações; em (22), pode haver dois grupos de pessoas envolvidas ou pode haver um mesmo grupo com diferentes atribuições; e em (23), além desse mesmo entrave à interpretação, a localização temporal do adjunto de lugar “em Juazeiro”, acoplada à primeira qualificação, agrava a dificuldade de recuperação do propósito comunicativo da manchete.

Ainda envolvendo coordenação aditiva, manchetes que colocam essa construção em um discurso indireto tornam ainda mais duvidoso o sentido pretendido, baralhando-se, até, linguagem e epilinguagem:

(24) Marina diz que Feliciano sofre preconceito **e** causa polêmica.

(25) Lula diz que Malan é cínico **e** ignora país.

Assim, em (24), “**e** causa polêmica” pode estar coordenado a “Marina diz” (a oração nuclear que constrói o discurso direto) ou a “Feliciano sofre preconceito” (que compõe o conteúdo do dito); e, em (25), do mesmo modo, “**e** ignora país” pode estar coordenado a “Lula diz” (a oração nuclear que constrói o discurso direto) ou a “Malan é cínico” (que compõe o conteúdo do dito).

E há diversos outros tipos de casos em que frases compostas de orações coordenadas do tipo aditivo tornam difíceis de interpretar as manchetes, exatamente pelo fato de não se poder determinar com certeza as porções de texto que estão sendo coordenadas pelo **e**. Este é um exemplo:

(26) Por falta de peças, venda de carro zero desaba 25% **e sinaliza impacto** no PIB.

O primeiro apelo para a interpretação está na visão clara de dois predicados coordenados pelo **e** (desaba 25% + sinaliza impacto no PIB), ambos com o sujeito

“venda de carro”. Entretanto, essa análise não satisfaz a coerência da comunicação que essa mensagem leva ao leitor, porque: (i) é a venda de carro que “desaba 25%”; (ii) mas não é a venda de carro que “sinaliza impacto no PIB”; (iii) então, aquilo que “sinaliza impacto no PIB” é (o fato de) a venda de carro zero desabar (ou ter desabado) 25%. Assim, o sujeito de sinaliza é o “desabamento” da venda, não a própria “venda”.

Ou seja, a interpretação seria mais ou menos o correspondente à frase que se apresenta a seguir, na qual se proveria um sujeito **isso** (referencial anafórico que recupera “venda de carro zero”):

(26 refeita) “Por falta de peças, venda de carro zero desaba 25% **e isso** sinaliza impacto no PIB”.

Obviamente, em termos do gênero discursivo “manchete”, essa não seria uma boa formulação.

F) Não apenas construcionais são os problemas, na ‘gramática’ das manchetes. Obviamente, muito há de má escolha lexical (dos termos e das expressões) na composição dos enunciados. Vejam-se quatro manchetes como primeira ilustração:

(27) TI e **dados** ditam profissões do futuro.

Claramente se vê que, nesse contexto, o termo “dados” não é minimamente interpretável: para alguém dizer que algo “dita profissões do futuro”, esse algo precisa ser muito bem definido, não poderá ser o genérico termo “dados”. Como existe a seguir uma submanchete, seria possível conceder que o autor da manchete tivesse querido, mesmo, encaminhar a atenção do leitor para ela, por isso teria escolhido essa indefinição. Entretanto, o que a lide diz é: “Acelerada pela pandemia, transformação digital impulsiona atividades ligadas à tecnologia, desde o desenvolvimento até tarefas de análise, e leva profissionais a dar guinada na carreira”. O que se pode dizer após a leitura dessa frase é que, com ela, a interpretabilidade de **dados** continuou prejudicada.

(28) Desigualdade diminui à **custa** da **perda** de renda na pandemia, indica IBGE.

A expressão **à custa de** implica algo rendoso, que disponibiliza uma obtenção ou uma compra, por exemplo: “Obtive este posto à custa de muito trabalho”. Entretanto, o que está na construção é “perda”, é algo totalmente negativo; desse modo, a expressão “**à custa da perda** de renda” fica carecendo de uma interpretação satisfatória. Indo-se à lide, lê-se: “Auxílio evitou piora; ainda assim, quem é da metade mais pobre sobreviveu com R\$ 453 mensais, em média, em 2020”. Ou seja, a manchete exige uma ginástica mental do leitor, para que ele possa entender/entenda que, tendo havido perda de renda, o governo instituiu um auxílio, e esse auxílio diminuiu a desigualdade: é só por aí que pode ser anunciado, em uma manchete, que “a desigualdade diminui **à custa da perda** de renda”, na pandemia.

(29) Câmara aprova lei que **modera improbidade**. (06/10/2021)

Obviamente, a **improbidade**, que é um comportamento negativo, ou mesmo um crime, atribuível a um determinado indivíduo, não pode ser “moderada” por uma lei. Indo-se à submanchete, para buscar alguma chave de interpretação, lê-se: “Emenda aprovada no Senado, que apontava necessidade de dolo para

casos de nepotismo, foi rejeitada: [...]”. Ou seja, a questão de que trata a manchete não é a “improbidade” em si, mas é o julgamento de um ato de improbidade, e, então, a manchete confundiu o linguístico com o epilinguístico: o que a lei “modera” não é o comportamento ou crime de um indivíduo, é a consideração da gravidade desse crime pela justiça. A confusão formal do enunciado afeta, claramente, o nível ilocucionário.

Também na redação do corpo das notícias são muito frequentes impropriedades de escolha lexical, como, por exemplo, nestes trechos:

(30) Nesta estrada tem havido uma **seleção** de mortes.

(31) O brasileiro é **aderente** às campanhas de vacinação.

(32) Essa agenda de viagens ao exterior é **inescapável**.

Os problemas estão em que, com certeza, mortes não são algo a ser “selecionado”, como está em (31); também pessoas não “grudam” em campanhas, como está em (32); e ainda uma agenda não é algo que pode “escapar” ou não “escapar”, como está em (33).

As próprias más escolhas lexicais podem levar a estruturas sintático-semânticas equivocadas, até anormais, como em:

(33) Uma das pistas leva a filho de investigador, mas ele **nega suspeita**.

Evidentemente, o infrator só pode **negar** aquilo que lhe compete, ou seja, a infração, ou o crime, não lhe cabe negar a “suspeita”, que, essa, é da alçada de quem supõe a existência da infração, ou do crime.

Do mesmo tipo é a ocorrência a seguir, que está em um aviso em porta de elevador:

(34) Se tiver de subir um andar ou descer dois, vá pela escada. **Racione energia**.

Obviamente, quem “raciona” energia (distribui as “rações” de consumo da energia) é quem a controla, não o seu usuário: a este se pede, sim, que economize no uso.

E em um cartão de Natal está esta mensagem de augúrios:

(35) Que as alegrias deste Natal tragam todas as realizações **possíveis e imaginárias**.

Os votos “de alegrias” devem incidir sobre as realizações “possíveis” do destinatário, mas não sobre as realizações que ficam apenas na imaginação, que não se efetivam, as **imaginárias**.

A escolha equivocada de termos pode levar à construção de predicções que desafiam a lógica dos acontecimentos, como nesta fala de uma apresentadora de televisão (portanto, agora, de linguagem oral, embora não espontânea):

(36) As **expectativas** são otimistas, mas **vão depender** da conjuntura social, política, do momento.

Nesse caso, a referência é às **expectativas**, que, caracterizando-se, justamente, por serem prévias à ocorrência, não dependem, absolutamente, da conjuntura em que cada ocorrência se dá, pelo contrário.

E, chamando a atenção para a complexidade que a negatização confere às frases, tomam-se da TV as amostras (37) e (38), em que o falante se perde ao combinar mais de um termo lexical de interpretação negativa na mesma frase:

(37) **Não** posso **deixar de omitir** isso.

São combinadas, aí, três indicações negativas: (i) duas indicações negativas estão em **não deixar de**, que se inicia pelo próprio **não** (o negativizador por excelência), o qual incide sobre a predicação já privativa **deixar de**, o que resulta em um positivo: claramente, “**não deixar de** fazer algo” é “**fazer** algo”; (ii) novamente duas indicações negativas estão em **deixar de omitir**, que começa com a predicação já privativa **deixar de** operando sobre o termo de valor negativo **omitir** (que significa “**não** dizer x”): a construção resulta, assim, em uma expressão positiva, pois **deixar de omitir** (**deixar de + não** dizer) é o mesmo que **emitir** (**dizer**).

(38) A **infringência** da **quebra** do decoro parlamentar foi evidente.

O que se quer dizer, evidentemente, é que o político ‘quebrou’ o decoro parlamentar, o que constitui uma ‘infringência’. Ou seja: uma indicação lexical negativa (ou civilmente, ou eticamente, ou moralmente) incide sobre outra indicação ‘negativa’ do mesmo tipo, e, nesse caso, a frase chega ao “agramatical”, em português.

Também estão na seara do léxico os problemas das frases seguintes, todas ouvidas em programas de rádio e todas mostrando uma combinação de más escolhas lexicais, comprometendo a produção de sentido e chegando a infringir a própria lógica dos fatos:

(39) Xenical, se tomado em doses exageradas, pode **causar contraindicações**.

Obviamente, aquilo que é causado (é consequência) nunca pode ser anterior à causa, e, assim, com certeza, as contraindicações de um medicamento são anteriores à própria indicação de sua receita, e, muito mais, ao seu consumo.

(40) A polícia está procurando pistas que possam levar à **descoberta** dos **suspeitos**.

Semelhante é o problema dessa escolha lexical: o termo **suspeitos** nomeia indivíduos sobre os quais pesam suspeitas, que, necessariamente, sempre estão por ser verificadas. Assim, enquanto houver apenas suspeitos, ainda não se chegou a nenhuma **descoberta**.

(41) Cometeu um **suicídio involuntário**.

O substantivo **suicídio** tem na sua primeira sílaba o pronome reflexivo *sui* (“a/ de si mesmo”) e tem a seguir o radical **-cídio** (o mesmo que está em **homicídio**), provindo do verbo latino que significa “matar”. O que a palavra indica, pois, é a ação de “matar” que a pessoa pratica contra si mesma. Facilmente se percebe o conflito semântico-pragmático que existe entre esse tipo de ação e a indicação de accidentalidade, ou involuntariedade, do ato.

(42) A garota foi **vítima de uma tentativa de suicídio**.

O termo **vítima** está no mesmo campo semântico de “vencido”, ou seja, **vítima** é a pessoa que sofre uma agressão; assim, novamente há uma situação conflituosa na frase, ao entender-se a garota “suicida” como uma **vítima** da sua própria **tentativa de suicídio**.

(43) A **munição** que **atingiu a vítima** foi de calibre 38.

Mais uma incongruência na ativação dos termos do léxico está nessa frase, em que o termo **munição**, que se refere a potenciais projéteis de que uma pessoa dispõe, ou com os quais ela “está munida”, para vitimar alguém, é usado

para nomear o projétil que já atingiu a vítima. Outra incongruência está em que o termo **munição** só se usa quando se faz uma referência pretendidamente coletiva (o “conjunto de cartuchos ou projéteis de armamento”), e, no caso, a referência é a um único projétil, aquele que atingiu a vítima e que tem até seu calibre especificado.

(44) Os policiais notaram um carro **em atitude** suspeita.

Nesta última amostra do grupo, está o substantivo **atitude**, que nomeia uma propriedade que é apenas de humanos, referindo-se a um carro.

G) Para encerrar estas reflexões sobre uma avaliação da produção linguística que não se prenda a estipulações divorciadas do real exame de uma vivência eficiente e proficiente (‘feliz’) da linguagem, vamos a alguns tropeços construcionais de manchetes que conseguiram total distorção da “linguagem” em função. Conseguiram, por exemplo:

a) oferecer construções com condição zero de interpretabilidade, como em (45) e (46):

(45) 6 capitais do País estão **entre as melhores** para investir, diz consultoria.

(46) Adesão a tratados na COP é positiva, mas **é preciso provar** que vai cumprir.

b) reverter completamente as mais evidentes regras construcionais da língua, por exemplo, aquela regra que envolve a noção de que: (i) a preposição **entre** só tem uso se houver pelo menos mais do que “1” indivíduo envolvido, o que não se vê em (47); (ii) uma conversa ou é “**de x com y**” ou é “**entre x e y**”, nunca “entre x com y”), como está em (48):

(47) Trata-se da equipe de Mônaco, que tinha, **entre um** de seus integrantes, o príncipe Albert.

(48) A TV mexicana divulgou terça-feira gravação de conversa **entre** Raúl Salinas **com** sua irmã Adriana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para uma conclusão absolutamente resumidora daquilo que se procurou mostrar, quanto à necessidade de se lidar prevalentemente com a língua em função, porque é por aí que a “gramática” da língua se vela, basta afirmar-se que, nessa lida, ficam absolutamente expostas/marcadas as necessidades:

- de reflexão analítica,
- de visão crítica,
- de percepção dos contextos interculturais,
- de ciência na base,
- de história no condicionamento,
- de “arte” e “técnica” na atuação.

Esse foi exatamente o papel da “gramática” na história do conhecimento, na história da humanidade.

TOWARD A VIEW OF LANGUAGE USE DETACHED FROM GUIDELINES

Abstract: This paper goes to a sample of language use in Brazilian Portuguese, while discussing “efficiency”, without resorting to what is considered as “correct”, and having as prime “excellence” the evidence of a felicitous co-participation among speakers in each event. It evaluates not only formal structures but also illocutionary and interactional structures, through the leans of the shared social imaginary and linguistic policies. It examines newspaper headlines from the past 20 years, a choice defined by the availability, in each case, of complete texts in reduced extension. The exam allows for the consideration of great relevance and efficiency of this evaluation of language use detached from guidelines.

Keywords: Language use. Language policy. Social imaginary. Linguistic structures. Headlines.

REFERÊNCIAS

CHAFE, W. *Significado e estrutura linguística*. Tradução Maria Helena de Moura Neves et al. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S. A. The structure of discourse and ‘subordination’. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (ed.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1988. p. 275-329.

RILEY, P. Discourse networks in classroom interaction: some problems in communicative language teaching. *Melanges Pedagogiques*, p. 109-120, 1977.